

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO SETORIAL

MONITORAMENTO TRIMESTRAL DOS PROGRAMAS E AÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA

U.O.: 050101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

PPA 2020-2023

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DE MONITORAMENTO DO 3º TRIMESTRE/2020
(julho, agosto e setembro)

PROGRAMA: 0074 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	
OBJETIVO:	Adquirir softwares para logística de transporte e abastecimento para otimizar gastos; Estruturar o sistema de tecnologia da informação com equipamentos modernos; Aperfeiçoar a gestão de recursos humanos; Reestruturar a organização administrativa da Defensoria Pública; Captar Recursos.
PÚBLICO ALVO:	Membros, servidores, assistidos, estagiários, fornecedores
JUSTIFICATIVA:	A Defensoria Pública é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados, na forma do inciso LXXIV, Art. 5º, da Carta Magna. É, portanto, um órgão autônomo, que está em processo de transformação de amadurecimento institucional, no qual demanda, cada vez mais, a profissionalização de seus recursos humanos e a otimização dos recursos materiais disponíveis, de forma a garantir o funcionamento e a operacionalização dos serviços prestados aos cidadãos hipossuficientes e vulneráveis, contribuindo para o cumprimento de sua missão constitucional e essencial à função jurisdicional do Estado.
EIXO ESTRATÉGICO:	Eixo 5 - Outros Poderes, mais MPE, TCE e DPE

Análise do Status do Programa

PPA 2020 (R\$)	Dotação Inicial OGE 2020 (R\$)	Dotação Atualizada OGE 2020 (R\$)	Realizado 2020 (R\$)	% Execução	Status do programa
22.414.901,00	23.361.503,00	27.830.302,00	4.773.672,49	17,15	Em andamento

Análise do Programa: Os valores orçamentários relativos ao Programa 0074 - Gestão e Manutenção da Defensoria Pública, foram distribuídos nas seguintes ações: 2019 - Equipar as unidades da Defensoria Pública; 2020 - Remuneração, Pagamento de Benefícios e Encargos Sociais dos Servidores da DPE-AP; 2021 - Manutenção da Gestão Administrativa da Defensoria Pública e 2022- Oportunizar Estágios para Estudantes e Residência para bacharéis. No terceiro trimestre, foi executado 17,15%, equivalente a R\$ 4.773.672,49 (Quatro milhões, setecentos e setenta e três mil, seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e nove centavos) relativos a Dotação Orçamentária Inicial - no valor de R\$ 23.361.503,00 (vinte e três milhões, trezentos e sessenta e um mil, quinhentos e três reais).

As ações deste programa são de caráter continuado. Estimou-se, também, aquisições de novos equipamentos (por meio de processos de compra/investimentos - meta física) para atender a Gestão e a Manutenção da DPE e seus Núcleos de atendimentos.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2019 - Equipar as Unidades da Defensoria Pública do Estado	2.819.000,00	-	-	Unidades Aparelhadas	11	12	109,09

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo equipar a Defensoria Pública (Sede e núcleos regionais) com a aquisição de veículos, móveis, equipamentos e instalações modernas, padronizadas e acessíveis, propiciando o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão hipossuficiente e vulnerável, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente organizacional mais agradável e motivador aos membros e servidores da Defensoria Pública, reforçando a sua finalidade pública.

No terceiro trimestre, foram formalizados processos licitatórios para novas aquisições de equipamentos de informática, totens, tapetes sanitizantes, dentre outros, tais equipamentos irão atender as necessidades logísticas e tecnológicas da DPE, Núcleos de atendimentos especializados e Núcleos Regionais, localizados em outros municípios do estado, totalizando 12 unidades a serem atendidas. Em relação a meta física programada, a execução ultrapassou 9,09% do previsto, em decorrência do quantitativo de unidades físicas mantidas pela DPE/AP (Núcleos Regionais e Núcleos Especializados).

Nota Explicativa: Ressalta-se que a meta física programada para esta ação e conforme consta no PPA 2020-2023, necessita de correção, em decorrência de lançamento equivocado junto ao Sistema SiafeAP, onde se lê: Meta Física Programada: 11 unidades mantidas; Leia-se: Meta Física Programada/Ano: 12 unidades equipadas, considerando que os itens adquiridos deverão atender as unidades da DPE no Estado, sendo: N.R Mazagão, N.R Santana, N.R Pedra Branca, N.R Amapá, N.R Calçoene, N.R Ferreira Gomes, N.R Laranjal do Jarí, N.R Vitória do Jarí, N.R Porto Grande, N.R Tartarugalzinho, N. R Oiapoque e Sede Macapá. Esta correção será feita quão logo o cronograma de ajustes do PPA esteja disponível.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2020 - Remuneração, Pagamento de Benefícios e Encargos Sociais dos Servidores da DPE-AP	22.688.140,00	4.633.640,69	20,42	Servidor Remunerado	260	185	71,15

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo garantir o pagamento da remuneração mensal dos defensores públicos de carreira, comissionados e demais servidores ativos, incluindo-se os respectivos encargos sociais, auxílios e outros benefícios de caráter indenizatório.

O valor atualizado desta ação é de R\$ 22.688.140,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, cento e quarenta reais). Neste trimestre foi executado o valor de R\$ 4.633.640,69 (Quatro milhões, seiscentos e trinta e três mil e seiscentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos), equivalente ao percentual de 20,42% do atualizado. No que tange a meta física programada, foram pagos nos meses de Julho, Agosto e Setembro, respectivamente 230, 162 e 162, representando uma média de 185 servidores e membros remunerados da instituição, portanto, 71,15% de execução.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2021 - Manutenção da Gestão Administrativa da Defensoria Pública	2.236.762,00	140.031,80	6,26	Unidade Mantida	11	12	109,09

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo assegurar a manutenção da gestão administrativa da Defensoria Pública do Estado do Amapá, por meio da manutenção dos contratos com fornecedores, aquisição de materiais de consumo, pagamento de diárias a membros e servidores, concessão de suprimento de fundos, e ampliação e reforma das unidades físicas. Com Dotação Orçamentária atualizada, no valor de R\$ 2.236.762,00 (dois milhões, duzentos e trinta e seis mil, setecentos e sessenta e dois reais), destaca-se que no terceiro trimestre houve execução de R\$ 140.031,00 (cento e quarenta mil e trinta e um reais), representando um percentual de execução de 6,26 %.

O valor executado foi distribuído da seguinte forma: 1,11% em despesas com Material de Consumo; 56,06% com Locação de Mão de Obra e 42,83% em Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica. (SETAP, Correspondente Bancário e Sistemas). Não houve concessão de suprimentos de fundos e nem ampliação e reforma das unidades físicas. Em relação a meta física programada, a execução ultrapassou 9,09% do previsto, em decorrência do quantitativo de unidades físicas mantidas pela DPE/AP (Núcleos Regionais e Núcleos Especializados).

Nota Explicativa: Ressalta-se que a meta física programada nesta ação, constante no PPA 2020-2023, necessita de correção junto sistema SiafeAP, visto que o indicador usado para medir o desempenho desta ação será o quantitativo de unidades mantidas, portanto, onde se lê: Meta Física Programada: 11 unidades mantidas; Leia-se: Meta Física Programada/Ano: 12 unidades mantidas, considerando que os produtos e serviços contratados deverão atender as unidades da DPE no Estado. Esta correção será feita quão logo o cronograma de ajustes do PPA esteja disponível.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2022 - Oportunizar Estágios para Estudantes e Residência para Bacharéis	86.400,00	-	-	Pessoas	10	0	0,00

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo oferecer o desenvolvimento de estágio supervisionado no ambiente de trabalho da Defensoria Pública a educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, visando à preparação para o trabalho produtivo, por meio da prática em atividades específicas, compatíveis com a sua formação e experiência. A composição orçamentária atualizada desta ação é de R\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais), porém os decretos relativos as medidas municipais e estaduais de proteção em decorrência da pandemia (desde março) interferiram na programação de voltas as aulas e a não realização de atividades não essenciais, por este motivo não houve contratação de estagiários para prestarem serviços na Defensoria Pública durante os meses relativos ao terceiro trimestre.

Nota Explicativa: A meta física para esta ação, conforme consta no PPA 2020-2023 é de 120/ano, mas devido a um equívoco de lançamento junto ao sistema SiafeAP, consta como lançado 10/ano, e o quantitativo seria de 30 (por trimestre). Esta correção será feita quão logo o cronograma de ajustes do PPA esteja disponível.

PROGRAMA: 0075 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA AOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS	
OBJETIVO:	Promover a cidadania emancipatória, difundir os direitos fundamentais e fortalecer a imagem institucional, por meio da prestação de orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.
PÚBLICO ALVO:	Cidadãos hipossuficientes e grupos vulneráveis
JUSTIFICATIVA:	A Defensoria Pública tem como compromisso garantir atendimentos individuais e coletivos de forma integral e gratuita aos hipossuficientes e grupos vulneráveis, haja vista o elevado índice de desempregados no Estado do Amapá, com isso, é visível a escassez financeira para que este cidadão possa bancar os custos da contratação de um profissional particular para patrocinar os litígios decorrentes da falta de efetividade dos direitos individuais e coletivos. Vislumbra-se a necessidade desses hipossuficientes e vulneráveis serem defendidos pelos defensores públicos do Estado, de forma, a realizar ações de promoção maciça dos direitos humanos e da cidadania.
EIXO ESTRATÉGICO:	Eixo 5 - Outros Poderes, mais MPE, TCE e DPE

Análise do Status do Programa

PPA 2020 (R\$)	Dot. Inicial OGE 2020 (R\$)	Dot. Atualizada OGE 2020 (R\$)	Realizado 2020 (R\$)	Execução %	Status do programa
22.414.901,00	80.000,00	80.000,00	2.620,00	3,28	Em andamento

Análise do Programa: O programa Assistência Jurídica Integral e Gratuita aos Hipossuficientes e vulneráveis, foi distribuído no exercício de 2020 na ação Defesa e Promoção dos Direitos dos Hipossuficientes e Vulneráveis. No terceiro trimestre, a dotação atualizada segue no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), programado para as naturezas de despesas, 339014 (diárias civil), 339039 (outros serviços de terceiro - pessoa jurídica) e 339040 (serviços de tecnologia da informação e comunicação de pessoa jurídica). A execução neste trimestre foi de 3,28%, referente aos serviços de fornecimento de software de atendimento para os usuários da Defensoria Pública. O programa está em andamento, encerrando em 31/12/2020.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dot. Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	% Execução
2023 - Defesa e Promoção dos Direitos dos Hipossuficientes e Vulneráveis	80.000,00	2.620,00	3,28	Pessoas	50.745	46.550	91,73

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo promover a cidadania emancipatória, difundir os direitos fundamentais e fortalecer a imagem institucional, por meio da prestação de orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do Art. 5º da Constituição Federal. Seguindo os dados contidos no relatório de avaliação financeira por eixo, ressalta-se que no terceiro trimestre houve execução orçamentária no valor de R\$ 2.620,00 (dois mil, seiscentos e vinte reais), representado um percentual de 3,28% de execução. O número de cidadãos atendidos, com base nos relatórios de atendimentos, encaminhados mensalmente pelos Defensores Públicos, foi de 46.5550 e a meta física representou um percentual de 91,73%, não atingindo a execução prevista para o trimestre.

Mantiveram-se os decretos relativos a prevenção e enfrentamento à epidemia causada pelo (novo Coronavírus, e a DPE através do Ato Administrativo nº 01 que dispõe sobre o funcionamento das unidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá, permaneceu com o regime de tele trabalho, com medida de prevenção e demais atos administrativos posteriores, que suspenderam o atendimento presencial. Com isso, houve uma queda do número de atendimentos realizados pela Instituição. Apesar de não atingir a meta de 100% nos atendimentos, a DPE continuou seguindo sua missão de garantir os direitos a população aos hipossuficiente e grupos vulneráveis.

Destacamos, a seguir, ações realizadas pelos Núcleos de atendimento da capital e dos municípios, realizados no terceiro trimestre.

O NUDECIV: O Núcleo Especializado Cível, através dos Defensores Públicos, participou de eventos com destaque para: 1. Encontro cadeia de valor com ADEPAP, das 16h às 17:30 - 28.07.2020, e de Programas de Rádio/Televisão com pertinência temática institucional e atividades extras, sendo: 1. Reunião cadeia de valor - 02.07.2020; 2. Reunião Comitê Estadual de saúde - 06.07.2020; 3. Reunião cadeia de valor - 09.07.2020; 4. Reunião com a Assessoria - 09.07.2020; 5. Reunião sobre o solar - 15.07.2020; 6. Reunião Núcleo Cível - 22.07.2020; 7. Reunião cadeia de valor - 22.07.2020; 8. Acesso à direitos fundamentais no pós-pandemia e defensoria pública - 18h, destaca-se, ainda, participação em reuniões com a comunidade/grupos sociais para articulação positiva em prol da maior eficácia do serviço; e reunião ordinária CEAS; 29.07.2020 - Reunião Extraordinária Comissão da Política de Assistência Social do Amapá; 10. Reunião com assessores - 14.08.2020; 11. Reunião do Conselho Superior; 12. Reunião com a comunidade/grupos sociais para a articulação positiva em prol da maior eficácia no serviço - 18/09/2020; 13. Reunião extraordinária do CEAS - 28/09/2020.

O NUDEFAM – O Núcleo Especializado em Família, através de seus Defensores Públicos, participou em eventos com pertinência temática institucional, sendo: 1. Reunião sobre o Sistema Solar - 15.07.2020; 2. Reunião com o grupo de trabalho institucional para o estudo e desenvolvimento de planejamento seguro para retorno das atividades presenciais na DPE-AP - 17.07.2020; 3. Reunião NUDEFAM - 21.07.2020; 4. Reuniões com a equipe de informática da instituição e com o DPG, visando a melhoria na integração tecnológica da instituição; 5. Reunião do Comitê de Saúde no Amapá que teria sido instalado conforme a Resolução 238 do CNJ - dia 06.07.2020; 6. Reunião com a Comissão de Moradia do CONDEGE no dia 14.07.2020; 7. Reuniões com o NUDEFAM nos dias 15.07.2020 e 20.07.2020; 8. Participação nos grupos de Trabalho Extraordinário do COVID-19 - DPE 15.07.2020; 9. Visita ao asilo no dia 01.07.2020; 10. Reunião com os Defensores do interior realizada no dia 17.07.2020; 11. Reunião atuação da defesa da mulher vítima de violência doméstica - 03.08; 12. Reunião com o grupo de trabalho institucional para planejar o retorno das atividades presenciais na DPE - 04.08; 13. Participação em live Direito de Família - 26.08; 14. Reunião com a Comissão de Relações Internacionais da ANADEP - 07.08; 15. Reunião com a Comissão de Moradia do CONDEGE - 11.08; 16. Participação em curso oferecido pela ANADEP - 24.08 e 31.08; Além disso, ocorreu participação em programas de rádio/televisão com pertinência temática institucional, destacando: 1. Entrevista ao Programa Balanço Geral (REDE RECORD) 30.07.2020; 2. Atuação como mediador na live do CONGEDE - 28.07.2020 e grupo de trabalho extraordinário da DPE-AP - 30.07.2020, 3. Entrevista para a TV AMAPÁ - Referente a atuação da DPE-AP, no período da pandemia - 21.08; 4. Atuação como mediador em live do grupo de trabalho da DPE - 04.08; 5. Representando a DPE-AP na live da ANADEP - 28.08; 6. Idealizadora e Apoio Técnico na live SENSO COMUN JURÍDICO - 06.08; 7. Idealizadora e Apoio Técnico na live Justiça Restaurativa - 11.08; 8. Idealizadora e Apoio Técnico na live Municipalização da política educacional infantil - 13.08; 9. Idealizadora e Apoio Técnico na live Invisibilidade da População Negra - 18.08; 10. Idealizadora e Apoio Técnico na live Democratização dos Espaços Urbanos - 20.08; 11. Idealizadora e Apoio Técnico na live sobre a lei 11.343/2006 - 21.08; 12. Idealizadora e Apoio Técnico na live Encarceramento Seletivo - 25.08; 13. Idealizadora e Apoio Técnico na live Direitos de Família - 26.08; 14. Idealizadora e Apoio Técnico na live Temas de Justiça de Transição - 27.08; 15. Idealizadora e Apoio Técnico na live uma correta compreensão do garantismo - 31.08; 16. Reunião com o grupo de trabalho institucional para estudo e desenvolvimento de planejamento seguro para retorno das atividades presenciais na DPE/AP - 08/09/2020, e participação em Reunião com a comunidade/grupos sociais para articulação positiva em prol da maior eficácia do serviço, através: 1. Grupo de trabalho de políticas urbanas e da Comissão de Moradia do CONDEGE 10.07.2020; 16.07.2020 e 24.07.2020; 2. Participação no grupo de trabalho de políticas urbanas DPE-AP 15.07.202; 3. Reunião com "Terra de Direitos" para alinhamentos de pautas para moradia e urbanismo - 30.07.2020; 4. Participação no grupo de Trabalho de Políticas urbanas da DPE - 07.08 e 14.08; 5. Reunião com o Instituto da Defesa do Direito de Defesa (IDDD), com a Comissão de Igualdade Racial da OAB-AP e com o Defensor Alexandre Koch sobre o caso Eliane no dia 25/09/2020.

O NUDECRIM – O Núcleo Especializado Criminal, através de seus Defensores, teve participação em eventos com pertinência temática institucional, como: 1. Construção da cadeia de valor da DPE/AP dia 02.07.2020; 2. A

gestão das unidades judiciárias e as metas do CNJ - dia 16.07.2020; 3. Direito à saúde mental e prevenção à tortura em tempos de pandemia - dia 17.07.2020; 4. Saúde da população negra - encontro Webnário - 22.07.2020; 5. 2º encontro de mulheres na pandemia: a pandemia tem gênero - dia 29.07.2020; 6. Acesso a direitos fundamentais no pós pandemia - dia 31.07.2020; 7. Treinamento Solar - 08.07.2020; e 22.07.2020; 8. Reunião do GT de direitos humanos em 15.07.2020; 9. Reunião GT retomada das atividades - dia 17.07.2020 e 30.07.2020, 10. Reunião de atendimento da DPE-AP a mulher em situação de violência doméstica - 03.08; 11. Reunião do GT de retomada das atividades da DPE - 05.08 e 13.08; 12. Reunião do GT de Direitos Humanos = 06.08; 13. Reunião com Defensores do Núcleo - 27.08; 14. Participação como Palestrante na live da FREA-AP - 29.08; 15. Reunião do Conselho Superior da DPE - 31.08.2020; 16. Reunião Orçamento DPE-AP - 03.08; 17. Participação em LIVE Estado de Coisas Inconstitucional e o Direito a Saúde - 04.08; 18. FANON - VIDA E OBRA - 04.08; 19. Participação em LIVE Violência Policial e Segurança Pública - 06.08; 20. Reunião GT Eixo Violência Policial - 06.08; 21. Participação em LIVE A Democratização dos espaços urbanos e a PDE - 20.08; 22. Participação em LIVE Lei de Drogas e Seletividade Penal - 21.08; 23. Participação em LIVE para uma correta compreensão do autismo - 31.08. O NUDECRIM também teve participação em programas de rádio/televisão com pertinência temática institucional e atividades extras, com Entrevista no Programa Café com Notícia - 05.08. Além disso, participou de reuniões com a comunidade/grupos sociais para articulação positiva em prol da maior eficácia do serviço, com destaque para a LIVE: Estado de coisas inconstitucionais na Saúde Pública - 04.08.2020.

O NUPEN - Núcleo Especializado Execução Penal – teve participação em eventos com pertinência temática institucional, com destaque para: 1. Reunião com a promotora Fábiana Nise e com Pryscylla Resque - DIA 23.07.2020. Os defensores também tiveram participações em programas de rádio/televisão com pertinência temática institucional, sendo: 1. Mediação na live senso comum dos juristas e marcadores sociais da diferença - DIA 06.07.2020; 2. Participação na live direito a saúde e estado das coisas inconstitucionais - dia 04.08.2020, 3. Mediação na live senso comum dos juristas e marcadores sociais da diferença - dia 06.08.2020; 4. Participação na live direito a saúde e estado das coisas inconstitucionais - dia 04.08.2020, e 5. Apresentação do Seminário Liberdade de Expressão no Brasil: Direito, sociedade, Instituições Realizado pela escola Superior Defensoria Pública de Mato Grosso 30/09/2020.

O NAECA – este núcleo teve participação em eventos com pertinência temática institucional, destacando: 01.07 - Reunião extraordinária Conselho Estadual dos Direitos da criança e do adolescente; 15.07 - Participação no Webinário da ANADEP; 20.07 - Reunião extraordinária Conselho Estadual dos Direitos da criança e do adolescente; 23.07 - Participação no Webinário do Conselho Estadual dos Direitos da criança e do adolescente, e participação em eventos com pertinência temática institucional, como: 06.08 - Reunião mista Comissão POP Rua e Comissão da Criança e do Adolescente; 13.08 - Participação Webinário DPE; 21.08 - Reunião GT Direitos Humanos da DPE; 26.08 - Reunião Ordinária Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; 28.08 - Jornada de Capacitação.

O NUDECIV SANTANA – participou em eventos com pertinência temática institucional, como: 1. Reunião Cadeia de Valor - 01/09/2020; 2. Reunião Cadeia de Valor - 15/09/2020; 3. Reunião do Mecanismo Nacional de combate à tortura – ONU.

O NÚCLEO REGIONAL DE LARANJAL DO JARÍ – teve participação no WEBNÁRIO para Sensibilização de Redes em Justiça Restaurativa - 24.07.2020. Destaca-se, ainda, as reuniões com a comunidade/grupos sociais para articulação positiva em prol da maior eficácia do serviço: 1. 06.07.2020 - Reunião Ação Civil Pública junto aos representantes das comunidades ribeirinhas; 2. 09.07.2020 - Reunião Cadeia de valor DPE-AP; 3. 21.07.2020 - Reunião Cadeia de valor DPE-AP; 4. 23.07.2020 - Reunião com a Rede da Infância e Juventude de Laranjal do Jarí para a construção do plano de primeira infância; 5. 14.08 - Reunião com o Ministério Público para tratar sobre Ação Civil Pública comunidades ribeirinhas Laranjal do Jarí; 6. Reunião Ministério Público e SEMA; 7. 25.08 - Reunião com o PPCAM; 8. 04.08 - Reunião Cadeia de valor DPE-AP; 9. 03.08 - Reunião com assessores; 10. 10.08 - Reunião com a rede de infância e da juventude; 11. 31.08 - Reunião com o Núcleo de Laranjal para em relação os acordos de não perseguição, 12. 01/09/2020 - Reunião com o Ministério Público Estadual para tratar sobre o acordo de não-perseguição penal.

O NÚCLEO REGIONAL DE OIAPOQUE – este Núcleo teve participação em eventos com pertinência temática institucional, como: 1. Participação do Grupo de Trabalho Extraordinário do COVID-19 da DPE-AP; 2. Participação no Grupo Extraordinário de Políticas da DPE-AP; 3. Curso "Temas de Execução Criminal" em 22.07.2020; 4. 12.08 - Participação na reunião com o Secretário de educação do Município de Oiapoque; 5. 20.08 - mediação na live A Democratização de acesso aos espaços urbanos e a Defensoria Pública.

PROGRAMA: 0076 - GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - FUNDEPAP

OBJETIVO:	O FUNDEPAP tem como objetivo a qualificação profissional de membros e servidores da DPE-AP, com políticas públicas, através de investimento ao capital humano, com participações em eventos, seminários e programas de formação continuada, garantido qualidade aos serviços públicos.
PÚBLICO ALVO:	Membros e servidores da Defensoria Pública
JUSTIFICATIVA:	Necessidade de aplicação dos recursos arrecadados pelo Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amapá-FUNDEPAP, previsto na Lei Complementar nº 0086/2014 e alterações, tem como finalidade captar recursos para que sejam executados na concepção, desenvolvimento, viabilização, execução de planos, programas e projetos de aprimoramento e reaparelhamento dos serviços afetos a DPE-AP; implementação de tecnologia de controle de tramitação dos feitos judiciais e administrativos, com uso de informática, microfilmagem, reprografia e outros procedimentos tecnológicos; com participação com entidades científicas, educacionais e culturais, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, na promoção de eventos que tenham por fim oferecimentos de oportunidades e atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de Recursos Humanos da Defensoria Pública do Estado; desenvolvimento de ações direcionadas ao aperfeiçoamento dos Defensores Públicos e servidores.
EIXO ESTRATÉGICO:	Eixo 5 - Outros Poderes, mais MPE, TCE e DPE

Análise do Status do Programa

PPA 2020 (R\$)	Dotação Inicial OGE 2020 (R\$)	Dotação Atualizada OGE 2020 (R\$)	Realizado 2020 (R\$)	% Execução	Status do programa
200.000,00	200.000,00	512.135,00	-	0,00	Em andamento

Análise do Programa: O programa Gestão do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amapá - FUNDEPAP, teve como dotação inicial o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), este valor foi inicialmente disponibilizado em duas naturezas de despesas, 339039 (Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica) e 449052 (Material Permanente). No mês de Janeiro/2020 foi sancionada a Lei nº 2.492 de 21 de janeiro de 2020, que alterou a Lei Estadual nº 2.386, de 21 de novembro de 2018, modificando a repartição da receita tributária e incluindo a Defensoria Pública do Estado do Amapá no rol de destinatários da Taxa Judiciária, Art. 1º A Lei nº 2.386, de 21 de novembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações, IV - 8,17% (oito inteiros e dezessete décimos por cento) ao Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amapá – FEDPAP.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dot. Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2024 - Gestão e Reaparelhamento da DPE-AP - FUNDEPAP	512.135,00	-	-	Unidade	1	0	0,00

Análise da Ação: Esta ação tem como fim o reaparelhamento da Sede e Núcleos Regionais da Defensoria Pública propiciando o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente organizacional mais agradável e motivador para os membros e servidores da Defensoria Pública. Oferecimento de cursos de pós-graduação (especialização, MBA e mestrado), cursos de informática, cursos da área jurídica e treinamentos em geral aos membros e servidores da Defensoria Pública; realização de palestras; participação em encontros, seminários, simpósios, fóruns e outros eventos de interesse da Instituição; realização de visitas técnicas à outras instituições; aquisição de acervo bibliográfico e livros didáticos. Realizar o pagamento de despesas referentes à manutenção e ampliação de contratos com fornecedores, aquisição de materiais de consumo, pagamento de diárias a membros e servidores, passagens aéreas, concessão de suprimentos de fundos, ampliação e reforma das unidades físicas. Não houve execução da ação neste trimestre.

Nota Explicativa: Ressaltamos que a meta física programada nesta ação e que consta no PPA 2020-2023 necessita-se de correção, em decorrência de lançamento equivocado junto ao Sistema SiafeAP, ao qual o indicador informado está relacionado ao quantitativo de unidades atendidas com o orçamento do FUNDEPAP, onde se lê: Meta Física Programada: 1; Leia-se: Meta Física Programada/Ano: 12 unidades mantidas. Esta correção será feita quando logo o cronograma de ajustes do PPA esteja disponível.